fnpetroleiros.org.br /fnpetroleiros

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS

Sindipetro-AL/SE| Sindipetro-LP| Sindipetro-PA/AM/MA/AP| Sindipetro-RJ| Sindipetro-SJC

Boletim Informativo | Edição Março de 2019

VEM AÍ 12º CONGRESSO NACIONAL DA FNP

A TRAGÉDIA DAS PRIVATIZAÇÕES, DE BRUMADINHO À ENTREGA DO PRÉ-SAL

12º CONGRESSO DA FNP
- A TRAGÉDIA DAS PRIVATIZAÇÕES -
DE BRUMADINHO À ENTREGA DO PRÉ-SAL

modelo_fnp_8.indd 1 19/03/2019 10:21:52

02

Para garantir uma elaboração coletiva da nossa campanha, mais uma vez repetimos a tradição de solicitar à categoria que envie sugestões para a nossa pauta reivindicatória

A construção de uma unidade de ação entre os trabalhadores e suas organizações na defesa dos seus direitos e das riquezas de nosso país darão a tônica do 12° Congresso Nacional da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), cujo tema é "A tragédia das privatizações, de Brumadinho à entrega do pré-sal", a ser realizado entre 1° e 5 de maio, no Hotel Vila Galé, localizado na Rua do Riachuelo, n° 124, Lapa, no Rio de janeiro.

O contexto atual é de graves ataques, privatização completa e acelerada do pré-Sal, das subsidiárias, das refinarias, dos dutos e terminais, das demais estatais e das nossas riquezas, além da perda do direito à aposentadoria tanto com a reforma da previdência, quanto com o ataque aos fundos de pensão como a PETROS e a retirada ou a oneração abusiva de todos os planos de saúde das estatais.

Diante disso, queremos que você também dê sua opinião sobre a situação da empresa e sobre quais devem ser as estratégias para combater os graves ataques. Não deixe de participar, vamos construir coletivamente essa campanha! Envie sua sugestão de pauta para fnpcongresso@gmail.com, até o dia 15 de abril.

As sugestões enviadas serão registradas e sistematizadas em um caderno que será distribuído no Congresso. Agora, conheça a programação do Congresso:

Quarta – 01/05/2019

Chegada dos membros da comissão organizadora e dos colaboradores que organizarão o Congresso.

Quinta – 02/05/2019

8h – Chegadas das Delegações
9h – Credenciamento
12h às 14h - Almoço
14h às 17h – Plenária Geral e VI Plenária de Aposentados e Pensionistas, com Painel da Reforma da Previdência / Petros.
17h às 19h – Reunião das Assessorias Jurídicas da FNP e Sindicatos.
18h às 20h – Plenária Inter Categorias em Defesa das Estatais.
20h às 21h – Jantar

Sexta – 03/05/2019

8h ás 10h – Abertura do Congresso – Votação do Regimento, Prestação de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.
10h às 11h50 – Painel sobre Defesa das Estatais.
12h às 14h – Almoço.
14h às 15h50 – Painel Estratégia de Mobilizações;
16h às 18h – Painel de Opressões "De Rosa Luxemburgo a Marielle Franco" A Luta contra a Opressão e a Exploração.
18h ás 20h – Palestra de comunicação: " Os desafios das comunicações de massa das mídias sociais".
20h às 21h – Jantar.

Sábado – 04/05/2019

09h às 13h – 04 Grupos de Trabalho discutirão concomitante e em separado e apresentarão resoluções para: Campanha contra o desmonte da Petrobrás e das Estatais, das vendas de ativos, das parcerias, fechamento de unidades, contra o Planejamento Estratégico da Petrobrás 2019/2023. Organização de Base; para o ACT 2019, estratégia de luta, plano de ação; eleição para os Conselhos Petros e Petrobras e demais empresas do Sistema Petrobrás, etc, Plano de Ação para a defesa da Petros e Plano Alternativo feito pelas instituições e contra o Plano Petros 3.
13h às 14h – Almoço;
14h30 às 19h – Debate dos grupos separadamente.
Grupo 1 - Campanhas e Organização Sindical Petroleiros, Organização e Plano de Ação para as Oposições
Grupo 2 – PLR, efetivo e Comunicação;
Grupo 3 – Terceirização de Atividade fim e Empresas do Setor Privado, SMS - Segurança, Meio Ambiente e os Atos de Práticas antissindicais e Combate a Opressão, Assédios Moral e Sexual;
Grupo 4– A Seguridade Brasileira – Previdência Pública e Complementar, Saúde Pública, Privada e Assistência Social – Petros, Eleições dos Conselhos e defesa da AMS;
18h30 às 19h30 - Reunião com os representantes das Oposições; "Organização e Reconhecimento da FNP".
19h30 às 21h – Jantar.

Domingo – 05/05/2019

09h – Assembleia geral da plenária final para condução da nova diretoria, alteração do endereço da sede da FNP e votação das Resoluções.
13h– Encerramento do Congresso e retorno das delegações.

modelo_fnp_8.indd 2 18/03/2019 10:21:52

PELO DIREITO DE LUTAR POR NOSSOS DIREITOS!

O ataque ao direito de liberdade de associação, liberdade sindical e livre expressão cerceia o mecanismo fundamental de resistência contra os desmandos das corporações e do Estado.

A FNP vem a público repudiar uma série de medidas tomadas pela direção da Petrobrás a partir de seu braço de RH, Claudio Costa, que se apresenta condizentes com os planos de privatização e subserviência a interesses do capital internacional, contra os interesses da Petrobrás e do país. Os fatos novos, que relatamos abaixo, põem em curso a promessa eleitoral de tentar acabar com "toda forma de ativismo".

Ainda em 2018, na gestão Parente/Monteiro/Temer, quando combatemos uma reformulação do plano de cargos e remuneração, que deteriorava nossa carreira e continha aspectos, no mínimo, duvidosos, o RH perseguiu a dirigente sindical Moara Zanetti, com informações de domínio amplo na Petrobrás, ter debatido criticamente com a categoria cada um dos aspectos que envolviam tal adesão. Alegavam, injustificadamente, conflito de interesses, e ameaçavam represálias das quais recuaram à época.

Agora, em fevereiro de 2019, com Castello Branco/Bolsonaro, temos uma perseguição direta de mais duas diretoras: Carla Marinho e Patrícia Laier. Ambas foram comunicadas da destituição de suas funções de consultoria que já exerciam há anos, antes de atuarem no sindicato. Além disso, em 2018 passaram no processo de revalidação da própria empresa para a função de consultoria, sendo amplamente reconhecidas pela competência e dedicação.

Para piorar, houve comunicado do impedimento contra o Sindipetro-RJ na realização da campanha de sindicalização, mostras e palestras pelas unidades da Petrobrás, bem como há denúncias de que a direção da empresa determinou à Gestão de Pessoas, que incentive a desfiliação do Sindicato ou ainda, retire atividades "estratégicas" dos profissionais que forem sindicalizados.

Tais práticas antissindicais confrontam direitos fundamentais garantidos na constituição como a liberdade de associação, a própria liberdade sindical e outras garantias para essa atuação, e a liberdade de expressão. Tais desmandos atacam até o próprio código de "ética

da empresa" que ainda preconiza "reconhecer o direito à livre associação de seus empregados, respeitar e valorizar sua participação em sindicatos e não praticar qualquer tipo de discriminação negativa com relação a seus empregados sindicalizados", mas, diga-se de passagem, na própria capa continha um corrupto.

A FNP já havia estabelecido e iniciado uma ampla campanha de unidade entre os trabalhadores visando organizar a defesa de direitos e as riquezas do país. Acertamos na ação e contamos com a solidariedade das centrais sindicais, federações, associações, movimentos sociais e populares, conselhos profissionais, partidos políticos, bem como do Ministério Público, Justiça do Trabalho e Federal, e dos poderes legislativos (Municipal, Estadual e Federal), para barrar esse ataque a direitos democráticos fundamentais, em todos os campos que possamos atuar juntos.

Portanto, cabe à sociedade reforçar sua resistência e conter qualquer desmando. Juntos somos mais fortes!

04

PLANO DE RESILIÊNCIA

No dia 8 de março, a Petrobrás apresentou um "Plano de Resiliência", com ações adicionais ao Plano de Negócio e Gestão (PNG) 2019-2023 que, de conjunto, escancaram o plano do governo Bolsonaro para o setor petroleiro, uma tragédia que traz graves consequências para a categoria e para o conjunto da sociedade brasileira. São US$ 8,1 bi de dólares de cortes só neste ano.

Em nota, a direção da companhia afirma que o objetivo do Plano aprovado pela Diretoria Executiva é "maximização de valor para os acionistas e para o Brasil", mas na verdade, implicitamente, está o completo divórcio da Petrobrás com seu histórico e com os objetivos que levaram à sua criação, em 1953.

A Petróleo Brasileiro S.A. é fruto do esforço do estado Brasileiro e de toda sociedade, na luta pela construção da independência econômica do Brasil e de sua soberania energética. Perguntamos: o que tem a ganhar o Brasil e o povo brasileiro com esse nefasto plano de desmonte da maior empresa nacional e estatal e a perda de sua soberania no mercado de derivados de petróleo?

O plano se concentra em ampliar o programa de desinvestimentos (e ainda não inclui o plano de venda de refinarias) e no corte de gastos operacionais gerenciáveis, que inclui mais um plano de demissão voluntária, retirada de direitos e corte em contratos de terceiros.

As maiores empresas do setor possuem planos estratégicos que buscam diversificar sua produção, construindo empresas integradas, migrando o uso do petróleo para fins mais nobres e buscando fontes alternativas de energia. A Petrobrás vai na contramão, e a partir de um discurso obtusamente financista, é vítima de sua Diretoria Executiva que planeja seu desmonte, se alinha aos interesses da Bolsa de NY em detrimento das necessidades do Brasil e do povo brasileiro.

A intenção é explorar o pré-sal de maneira predatória, cada vez mais rápido, sem qualquer planejamento da produção que possa levar em conta o desenvolvimento econômico do Brasil, a geração de empregos, o financiamento

da educação e da saúde e melhoria geral da condição de vida do povo brasileiro, paradoxalmente, para cumprir essa missão é necessário desmontar a Petrobrás.

Temos uma experiência recente com a privatização da Vale do rio doce, que com a alta do preço do minério de ferro, foi gerida com o objetivo de gerar lucros imediatos para seus acionistas em detrimento dos interesses da sociedade brasileira. O resultado (pouco mais de uma década depois) foi um rastro de destruição ambiental e tragédias humanitárias.

E para fazer frente a esse programa, precisamos exigir mesa única de negociação, realizar uma plenária com os 18 sindicatos para a construção necessária da mobilização em defesa da Petrobrás, do Acordo Coletivo de Trabalho, sobretudo, da Petros e, assim, impedir o avanço do programa Bolsonaro.

modelo_fnp_8.indd 4 18/03/2019 10:21:53

22 DE MARÇO, DIA DE LUTA CONTRA A “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA, RUMO À GREVE GERAL

Os petroleiros irão se unir às Centrais Sindicais, que convocam para o dia 22 de março mobilização nacional contra a “reforma” da Previdência, proposta pelo governo Jair Bolsonaro.

As lideranças sindicais também afirmaram a data como o Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência, “rumo à greve geral”.

Tendo como eixo principal a luta “em defesa de uma aposentadoria digna, garan¬tia dos direitos, valorização do salário e unidade em defesa do país”, a FNP e seus sindipetros apontam a urgên¬cia da unidade de toda a categoria com uma reflexão e entendimento da seriedade do momento político, do aprofundamento dos planos de priva¬tização, desmonte do estado brasileiro e contra todos os ataques aos direitos dos trabalhadores.

PROPOSTA ALTERNATIVA AO ATUAL EQUACIONAMENTO E A UM PETROS 3

A proposta vem sendo construída no campo do Fórum de Defesa dos participantes da Petros, campo que a FNP conscientemente aglutinou para organizar as lutas políticas, técnicas e jurídicas – a partir daqueles que sempre lutaram contra a reforma da previdência nas estatais, que dentro da Petrobrás ficou carimbada como Repactuação – reforma que consolidava a retirada de direitos dos trabalhadores, fragilizando as fontes de custeio do plano, as obrigações das patrocinadoras. Este campo vem se ampliando e constituindo, de fato, uma ampla unidade em torno da defesa dos participantes da Petros.

Até agora avançam no âmbito do fórum, as simulações considerando o atual déficit, bem como o que já se avizinha no fechamento do ano de 2018, que teria que ser equacionado, já em 2019, aumentando os descontos que vêm sendo executados por força do atual PED, ou que, porventura, estejam suspensos por liminares da justiça. Desta forma, se buscam alternativas que, juntas, somem e respondam à magnitude dos déficits do plano, mas que, também, no curto prazo, reduzam os descontos totais, minorando os danos que tem sofrido cada participante.

Portanto, a proposta Alternativa ao PED visa mitigar seus danos e o impacto sobre os participantes, preservar a estrutura do plano de Benefício Definido (PPSP), os direitos, cobrar responsabilidades e promover a sustentabilidade. É uma contraposição técnica, política e jurídica à atual proposta de PED das direções da Petrobrás, Petros e dos governos de plantão, proposta que, a nosso ver, acabará por inviabilizar o PPSP (Benefício Definido), viabilizar um novo ataque com uma ampla, geral e irrestrita repactuação com o lançamento de um “novo plano” (Petros 3?), anulando direitos, impondo calotes definitivos em prováveis passivos (dívidas) e nas fontes de custeio do plano e, por consequência, das aposentadorias.

Tal formulação está em fase de ajuste para ser levada a deliberação pela categoria. As entidades Representativas de Participantes e Assistidos, reunidas no Fórum em Defesa da Petros e seus Participantes, estão analisando a proposta, buscando o consenso, visando manter o Plano Petros do Sistema Petrobrás – PPSP garantindo sua viabilidade.

06

REFORMA DA PREVIDÊNCIA É

O governo federal anunciou, no seu segundo mês de gestão, a PEC 06/19, proposta sobre o que é hoje a agenda central do capital financeiro no mundo inteiro: a contrarreforma da Previdência. Em linhas gerais, a proposta se estrutura em três eixos: uma chamada “regra de transição”, a qual afeta o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que possuem vínculo com algum regime previdenciário, inclusive os já aposentados; a generalização da capitalização para todos os futuros trabalhadores; e, por fim, a retirada da Previdência da Constituição.

Basicamente, tudo que a “reforma” poderia fazer para dificultar mais a vida do cidadão e da cidadã, sobretudo aquele mais pobre, ela faz. Aumenta a idade para aposentadoria, aumenta o tempo de contribuição necessária para 40 anos e reduz a possibilidade de acúmulo de benefícios.

É importante assinalar que a atual PEC em debate é só o início da contrarreforma. Ela torna constitucional a regulamentação da Previdência por leis complementares – tanto do regime geral, dos trabalhadores vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), como dos regimes próprios dos trabalhadores do setor público -, facilitando que os governos possam permanentemente alterar a Previdência sem a necessidade de maioria qualificada nas votações legislativas. O reajuste automático dos benefícios também deixa de ser uma prerrogativa constitucional, o que poderá no futuro defasar até o mínimo seus valores reais.

Assim, as chamadas regras de transição têm como horizonte o aumento de alíquotas e a redução de direitos. Nos regimes próprios, a proposta é aumentar de forma escalonada as alíquotas por faixa salarial e permitir contribuições extraordinárias no caso de supostos déficits, inclusive de aposentados e pensionistas. Não trata, no entanto, da securitização das fontes previdenciárias dos estados, como no caso dos royalties do petróleo no Rio de Janeiro que, entregues ao

mercado financeiro em um paraíso fiscal, já geraram com o pagamento de juros um rombo de 18 bilhões no fundo previdenciário público.

Outra mudança com maior potencial de impacto envolve o custo previdenciário que recai sobre a folha de pagamento — e soma cerca de 30% do custo da mão de obra. Pelo texto da “reforma” de Jair Bolsonaro (PSL) que está no Congresso, trabalhadores poderão escolher se vão contribuir pelo atual regime de Previdência — de repartição, em que as pessoas na ativa sustentam o benefício dos aposentados — ou por um novo modelo de capitalização, no qual cada trabalhador faz sua própria poupança.

O chefe da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho (PSDB-RN), já indicou que o governo estuda ainda atrelar o sistema de capitalização a uma

É UM CRIME CONTRA O PAÍS

nova modalidade de contrato, a carteira verde e amarela.

Especialistas apontam que, na prática, a opção por uma carteira e seu respectivo regime previdenciário será menos do trabalhador e mais da empresa. Sem um controle, a tendência é a nova carteira se tornar a realidade.

Para especialistas, não existe negociação com uma pessoa em inferioridade técnica, econômica e jurídica. Se deixar o mercado regular, vamos ver o domínio do mais forte.

A “reforma” ainda vem com mais uma de suas sacadas: as mulheres. Nas últimas décadas se multiplicou o número de famílias chefiadas por mulheres que moram sozinhas com seus filhos, bem como a participação das mulheres no mercado de trabalho. As desigualdades estruturais de gênero, fruto de uma cultura patriarcal, entretanto, fazem com que as tarefas domésticas continuem sendo realizadas por mulheres.

Uma mulher empregada trabalha mais horas em casa do que um homem desempregado, no total uma média de 18,1 por semana. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham em média 22% menos que os homens, situação que se agrava no caso das mulheres negras, que recebem 63% menos que homens brancos da mesma faixa etária e com o mesmo grau de escolaridade.

Apesar dessas condições extremamente desiguais de trabalho, discute-se hoje no Brasil se idades de aposentadoria diferentes para homens e mulheres são justas. Apesar de manter uma diferença de idade entre homens e mulheres a PEC não alterou a idade mínima para aposentadoria dos homens, mas aumentou de 60 para 62 anos a aposentadoria por idade para as mulheres.

No entanto, talvez o maior tapa na cara da população pobre seja a redução do auxílio a quem não contribuiu com a Previdência de um salário mínimo para R$ 400, entre 60 e 70 anos e estabelecer, para além da renda de menos de um quarto do salário mínimo, o critério de limitação de patrimônio a 98 mil reais.

Ou seja, é possível que a posse de uma moradia em condições precárias nas grandes cidades ou mesmo um terreno cultivado para sua subsistência na região rural impeça o recebimento mesmo dos parcos 400 reais. Pensando ainda na diferença entre homens e mulheres, 58% do total de idosos usuários do BPC são mulheres, que serão impactadas por essas novas regras propostas.

E as milhões de pessoas na informalidade? O que a “reforma” tem para elas? Seguindo a lógica, as consequências para esse enorme segmento da população serão cruéis, inclusive porque vários segmentos da população empreendem por necessidade, já que estão expostas às diversas opressões estruturais.

Por outro lado, os militares podem ficar tranquilos, não estão nesse bolo! As medidas são voltadas só à raspa do tacho, que vai experimentar

essa beleza de medida para o país, isto é, policiais militares, policiais civis e bombeiros, turma formada por muitos – não todos, claro – fazedores de arminha com a mão e fãs do "mito".

Agora, no país dele, além de ganharem "ótimos salários", poderão viver mais essa maravilha em nome do capitão, com seus direitos previdenciários muito bem protegidos.

A verdade é que a maioria do país pagará o preço, bolsominions ou não. E o pior: esta é uma Reforma da Previdência sem um projeto de nação. Ataca-se a Previdência ao mesmo tempo em que há o aumento de desemprego no país, seja pela precarização da massa de trabalhadores afetada pelo golpe, reforma trabalhista e afins; seja pela substituição da mão de obra por tecnologia.

Vale aqui dizer que a Reforma da Previdência jamais seria possível sem uma campanha incessante de inverdades, análises rasas e sonegação do ponto de vista diferente. Não se diz que ela não é deficitária, como tanto se alega, não se problematiza outros gastos do governo brasileiro, como a fatia de quase 40% a juros e amortização de dívida que persiste desde o período colonial, e finge-se que pessoas de muito gabarito com esse posicionamento simplesmente não existem.

Mas deve ser uma boa "reforma", né? Afinal, o presidente do Itaú, Santander e outros bancos estão elogiando nos jornais. Ora essa, como pode ser ruim? Nesse sentido, a falta de comprometimento com uma República de bem-estar social é algo que me choca, ainda que se parta da análise de todas essas famílias que saqueiam por aqui há gerações, desde as capitanias hereditárias.

E há ingênuos que acham que podem fazer uma análise "fria" do que está na mesa, no sentido de "ah, com esse ponto eu concordo" ou de "é, precisa de alguns reparos", como se não fosse nítida a intenção por trás de tanta maldade: acabar com a Previdência pública para classe média, desestimular qualquer esperança de aposentadoria a milhões e matar pobres. Uma tríade do mal!

A "reforma" é um crime contra o país e não é possível que essa situação permaneça numa normalidade democrática. Muita coisa há de ser revista e com toda certeza esse saque na Previdência será uma delas.

BRASIL, O QUINTAL DE DONALD TRUMP

Contra os governos populares, Jair Bolsonaro se coloca a serviço de Trump e sinaliza uma nova etapa da política externa dos Estados Unidos na América Latina para ter acesso as maiores reservas de petróleo no mundo, inclusive ao petróleo brasileiro e ao pré-sal.

Para tal, no dia 19 de maio, Donald Trump irá receber, em Washington, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, para discutir a situação na Venezuela, segundo informe da Casa Branca.

De acordo com a Casa Branca, o foco do encontro será a mudança de regime na Venezuela. No entanto, sabe-se que o objetivo é derrubar Nicolás Maduro para colocar as mãos nas maiores reservas de petróleo do mundo.

Com o realinhamento geopolítico do Brasil, que voltou a ser quintal norte-americano, o processo de entrega do pré-sal às multinacionais do petróleo pode ser acelerado.

Diante disso, a FNP e seus sindicatos, que vêm conduzindo greves nas bases do Sistema Petrobrás e mobilizações para impedir que o pré-Sal seja entregue às multinacionais, irão intensificar a luta em defesa da soberania nacional no dia 19. Fiquem atentos aos chamados na sua base!

modelo_fnp_8.indd 8 18/03/2019 10:21:53

BOLSONARO LANÇA MEDIDA PROVISÓRIA QUE ESTRANGULA FINANÇAS DOS SINDICATOS

Para aprovar medidas antipovo e antinação já articuladas, é estratégico para o atual governo o enfraquecimento do movimento sindical. É isso o que explica a edição na surdina e “em regime de urgência” desta M.

No dia 1° de março, véspera de Carnaval, foi publicada a Medida Provisória (MP) 873/2019), assinada pelo presidente Jair Bolsonaro. A medida é um duro ataque à autonomia sindical e ao direito de organização dos trabalhadores, pois promove o estrangulamento financeiro das entidades sindicais.

Dentre outras determinações, a MP restringe as contribuições sindicais apenas para sócios do sindicato; exige que tais contribuições tenham uma autorização “prévia, expressa e individual”; exige que as contribuições sejam apenas feitas por boleto bancário; e proíbe o desconto em folha de pagamento, inclusive para servidores públicos. Com isso, os sindicatos simplesmente serão impedidos de arrecadar sua forma tradicional de financiamento, gerando um profundo impacto.

A intenção é asfixiar financeiramente as entidades e, com isso, aprofundar a já grave criminalização dos sindicatos e movimentos sociais que está em curso no país. Se ainda há dúvidas sobre o caráter político desta ação, basta lembrar que o mesmo não está sendo exigido, por exemplo, dos bancos e agências financeiras que conquistam lucros exorbitantes por meio da concessão de empréstimos consignados.

Para aprovar as medidas antipovo e antinação já articuladas, é estratégico para o atual governo o enfraquecimento do movimento sindical. É isso o que explica a edição na surdina e “em regime de urgência” desta MP. Com os sindicatos desarticulados, ataques como a reforma da previdência, privatizações e entrega do pré-sal podem passar com muito mais facilidade.

Sabemos que existe um profundo desgaste da maior parte dos sindicatos junto às suas categorias, o que é explorado habilmente pelo governo na aplicação desta medida, mas ainda assim se trata de um dos principais bastiões da necessária resistência à agenda ultraliberal de Bolsonaro. O Sindipetro-LP, que tem uma reconhecida trajetória de luta, tem se esforçado nos últimos anos em contribuir para a necessária renovação do movimento sindical da região.

A ação a ser tomada não é virar as costas para o sindicato e buscar saídas individuais. Pelo contrário, é se filiar ao sindicato e se organizar para que as atuais direções assumam uma postura coerente ou, até mesmo, para que novas direções sejam eleitas.

No caso dos petroleiros, um setor da classe trabalhadora com grande poder de organização e luta, a tarefa não é menos urgente. É fundamental uma reorganização completa da categoria, superando a dispersão e divisão que hoje nos atrapalha. E isso se faz, como já pontuamos, através de uma participação maior em nossas paralisações e atos, assim como em nossas assembleias, setoriais, plenárias e congressos.

Neste momento de ataque à autonomia sindical, é fundamental que você - não sócio - se filie ao sindicato para fortalecer o principal instrumento de luta da categoria. Será a melhor resposta ao grave ataque desferido contra os trabalhadores.

CAMPANHA NACIONAL DE SINDICALIZAÇÃO DOS PETROLEIROS

FNP lança campanha de sindicalização nacional e fortalecimento dos sindipetros. Nossa luta não tem sentido sem a sua participação!

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) tem orgulho de representar uma das mais importantes, organizadas e mobilizadas categorias do Brasil. Mas, isso só tem sido possível graças ao trabalho de unidade que tem sido realizado entre a FNP e os Sindipetros ao longo dos anos.

Por causa dessa atuação conjunta foi possível, inclusive, a realização de uma das maiores greves petroleiras, realizada em 2015.

Por isso, a sindicalização é tão importante. Além de garantir que a categoria petroleira esteja fortalecida e mobilizada para enfrentar as lutas do dia a dia e avançar nas conquistas, ela oferece condições ao sindicato defender a categoria com legitimidade e autonomia.

Diante do crescente processo de entrega de nosso petróleo ao capital estrangeiro, hibernação das fafens, ataque aos trabalhadores, desinvestimento na Petrobrás, ataques especulativos de forças obscuras do mercado financeiro, perseguições contra trabalhadores e medidas para tolir os sindicatos, a categoria precisa se unir mais do que nunca.

Vale a pena destacar que dentre os desinvestimentos estão o fechamento de escritórios em outros países e a desativação da sede da Avenida Paulista, Edisp, onde trabalham 700 pessoas.

A reação da FNP foi imediata e exigiu explicações sobre o assunto. Claudio Costa, por sua vez, desmentiu o que havia dito. O recuo demonstra que a reação da categoria e dos sindicatos surtiu efeito.

Mais de 400 trabalhadores do EDISP, um prédio sem tradição de mobilização, paralisaram as atividades dois dias depois. Uma ação fundamental, que substituiu o medo e paralisia pela

reação coletiva que unifica os trabalhadores e dá força neste grave momento.

Se ainda há dúvidas sobre o caráter político desta ação, basta lembrar que o mesmo não está sendo exigido, por exemplo, dos bancos e agências financeiras que conquistam lucros exorbitantes por meio da concessão de empréstimos consignados.

Portanto, filiar-se é mais do que uma forma de organização, é uma necessidade dos trabalhadores e um gesto de compromisso e coragem para enfrentar os desafios de melhores condições de trabalho.

Frente aos desmandos de uma política antissindical, proibindo palestras, a banca de sindicalização, exposição cultural, punindo dirigentes sindicais, exigindo dessindicalização de empregados e de ocupantes de cargo gerencial. Vamos responder com o aumento da sindicalização em todos os sindipetros.

A alta gestão da empresa não nos calará!

Segue abaixo os links das fichas de sindicalização/campanhas de cada sindipetro que estão filiados a FNP e a FUP:

- **RIO DE JANEIRO**
https://www.sindipetro.org.br/filiacao/

- **CAXIAS**
http://www.sindipetrocaxias.org.br/imprensa/documentos/fichadefiliacao.pdf

- **NORTE FLUMINENSE**
https://sindipetronf.org.br/filiacao/

- **LITORAL PAULISTA**
http://www.sindipetrolp.org.br/sindicalize-se/

- **MINAS GERAIS**
http://sindipetro.org/sindicalize-se/

- **SÃO JOSE DOS CAMPOS**
http://www.sindipetrosjc.org.br/fichas-de-sindicalizacao

- **UNIFICADO DE SP**
https://www.sindipetrosp.org.br/formulario-para-sindicalizacao/

- **SERGIPE E ALAGOAS**
http://sindipetroalse.org.br/sindicalize-se

- **PARANA E SANTA CATARINA**
https://www.sindipetroprsc.org.br/site/index.php/filiacao

- **PARA, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPA**
https://www.sindipetroamazonia.org.br/sindicalize-se/

- **RIO GRANDE DO SUL**
http://www.sindipetro-rs.org.br/index.php/sindicalize-se

- **BAHIA**
http://www.sindipetroba.org.br/2017/sindicalize

- **ESPIRITO SANTO**
http://www.sindipetro-es.org.br/sindicalize-se/

- **PERNAMBUCO E PARAIBA**
http://sindipetropepb.com.br/filie-se/

- **CEARA E PIAUI**
http://sindipetroce-pi.org.br/filie-se/

- **AMAZONAS**
http://www.sindipetroam.org.br/2016/images/sindipetro/FICHA%20DE%20FILIACAO.pdf

- **RIO GRANDE DO NORTE**
http://www.sindipetrorn.org.br/formulario/sindicaliza%C3%A7%C3%A3o